

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL MODIFICADO E
CONSOLIDADO

APRESENTADO PELA EMPRESA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS MAJESTIC LTDA
CNPJ MF 62.207.998/0001-57

- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL -

Processo de Recuperação Judicial da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS MAJESTIC LTDA, em curso perante o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível do Foro da Comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo, nos autos do processo nº 1000288-79.2016.8.26.0224.

4ª Vara Cível: Foro de Guarulhos – Estado de São Paulo

Processo número: Nº 1000288-79.2016.8.26.0224

Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda.

Assessoria Jurídica: Bobrow Teixeira de Carvalho Advogados

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS MAJESTIC LTDA.,

pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.207.998/0001-57, com endereço na Rua Majestic, nº 77, Cidade Industrial Satélite, Cumbica, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 352.0095534-8, apresenta este Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado para aprovação da Assembleia Geral de Credores e homologação judicial, nos termos dos arts. 45 e 58 da Lei 11.101/2005.

a) Considerando que a Recuperanda vem há muito tempo, enfrentado dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras;

b) Considerando que em razão das dificuldades, a Recuperanda ajuizou, em 08 de janeiro de 2016, um pedido de recuperação judicial, nos termos da LRF, e que protocolou o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) as fls. 1364/1513 nos termos do art. 53 da LRF;

c) Considerando que o PRJ apresentado sofreu objeção por parte de alguns credores e também já não representa o atual cenário da Recuperanda, estamos apresentando uma versão ajustada do plano de recuperação, a qual encontra-se consubstanciada por meio do presente Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado;

d) Considerando que o PRJMC leva em conta a Lista de Credores constantes dos autos deste processo, conforme o edital juntado às fls. 1.187/1.194 e publicado no DJE do dia 03/05/2016 às páginas 1209/1212;

e) Considerando que o PRJMC cumpre os requisitos contidos no art. 53 da LRF, eis que (a) pormenoriza os meios de recuperação da Recuperanda; (b) é viável sob o ponto de vista econômico, e (c) inclui o Laudo de Avaliação de Bens e Ativo, apresentado as fls. 1364/1513;

f) Considerando que, por força do PRJMC, a Recuperanda busca superar sua crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios com o objetivo de (a) preservar e adequar as suas atividades empresariais; (b) manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos, além de; (c) renegociar o pagamento de seus credores;

A Recuperanda submete este PRJMC à aprovação da Assembleia Geral de Credores e à homologação judicial, sob os seguintes termos:



SUMÁRIO

1. INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES	4
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
3. APRESENTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	10
4. A EMPRESA.....	12
5. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E OS LAUDOS PREVISTOS NOS INCISOS DO ART. 53 DA LEI 11.101/05 ("LFRE")	13
6. A REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL	14
7. ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO	17
8. MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	20
9. PROPOSTA DE PAGAMENTOS AOS CREDORES	23
10. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	28
11. DA FALÊNCIA	29
12. DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PAGAMENTOS AOS CREDORES.....	31
13. COMPENSAÇÃO	32
14. QUITAÇÃO	32
15. PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	33
16. VINCULAÇÃO DO PRJMC.	33
17. CONFLITO COM DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS.....	33
18. FORMALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS	33
19. DISPOSIÇÕES GERAIS	34
20. LEI E FORO.....	36
21. CONCLUSÃO	37

1. INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES

1.1. Regras de Interpretação. Os termos definidos nesta cláusula 1ª serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído. Exceto se especificado de modo diverso, todas as cláusulas e anexos mencionados neste PRJMC, referem-se a cláusulas e anexos do próprio PRJMC. Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste PRJMC foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões. Este PRJMC deve ser interpretado, na sua aplicação, de acordo, com o art. 47 e seguintes da LRFE. Referências feitas a uma cláusula deste PRJMC inclui também suas eventuais sub cláusulas, itens e subitens.

1.2. Definições: Os termos utilizados neste PRJMC têm os significados definidos abaixo:

1.3. "Administrador Judicial": Administrador judicial nomeado pelo Juízo da Recuperação, nos termos do Capítulo II, Seção III, da LRFE, assim entendido como Laspro Consultores Ltda, com endereço na Rua Major Quedinho, nº 111 - 18º andar – Consolação – São Paulo/SP – cep 01050-030

1.4. "AGC": Significa a Assembleia Geral de Credores nos termos do Capítulo II, Seção IV, da LRFE.

1.5. "Aprovação do PRJMC": Aprovação do PRJMC, nos termos do art. 45 ou art. 58 da LRF, respeitado o disposto nos artigos. 55 e 56 da LRFE. Para os efeitos deste PRJMC, considera-se que a Aprovação do PRJMC ocorre desde que o PRJMC seja homologado pelo Juízo da Recuperação.

1.6. "Créditos Sujeitos ": São os créditos sujeitos aos efeitos do processo de Recuperação Judicial, existentes na data da distribuição do pedido de recuperação judicial, subdivididos em créditos trabalhistas, quirografários e créditos de micro e pequenas empresas.

1.7. "Credores": Pessoas, naturais ou jurídicas, que se encontram na lista de credores apresentada pela Recuperanda, correspondente ao edital juntado as fls.1.187/1.194 e publicado no DJE do dia 03/05/2016, às páginas 1.209/1.212, pertinente ao deferimento e indicação do quadro geral de credores desta Recuperação Judicial, ou na lista a ser apresentada pela Ilmo. Administrador Judicial em substituição à apresentada pela Recuperanda, caso haja, com as alterações decorrentes de acordos celebrados entre as partes ou de decisões judiciais, e que se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial ou que aderiram à forma de pagamento prevista neste PRJMC, na condição de Credor Aderente.

1.8. "Credores Aderentes": Aqueles detentores de créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial nos termos dos §3º e §4º do art. 49, da LRF que tenham interesse expresso em aderir aos termos e condições deste PRJA;

1.9. "Créditos Trabalhistas": Credores cujos créditos são decorrentes da legislação do trabalho.

1.10. "Credores com Garantia Real": Credores cujos créditos são assegurados por direitos reais de garantia (tal como um penhor ou uma hipoteca), nos termos do art. 41, II, da LRF.

1.11. "Credores Quirografários": Credores detentores de créditos quirografários, com privilegio geral, especialmente privilegiados subordinados, nos termos do art. 41, III, da LRF

1.12. "Credores ME/EPP": Credores cujos créditos estão vinculados a pessoas jurídicas titulares de créditos enquadrados como detidos por microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da lei e do art. 41, IV, da LRF.

1.13. "Data do Pedido": A data em que o pedido de recuperação judicial foi ajuizado pela Recuperanda (08 de janeiro de 2016).

1.14. "Dívida Reestruturada": Significa os novos termos da dívida total da Recuperanda após a Aprovação do PRJMC, composta dos, Créditos Quirografários e Créditos ME/EPP e créditos de Credores Aderentes, constantes do quadro-geral de credores, aplicando-se os percentuais de desconto, prazos e formas de pagamentos conforme disposto neste PRJMC.

1.15. "Financiamento(s)": Empréstimos ou financiamentos concedidos após o ajuizamento do pedido de recuperação judicial, disponibilizados por Credores Financiadores, sendo eles instituição financeira ou não, que serão considerados créditos extraconcursais no caso de falência da Recuperanda e privilegiados em relação aos demais, Créditos Quirografários e Créditos ME e EPP.

1.16. "Fornecimento(s)": Novos contratos de fornecimentos decorrentes de Credores Fornecedores considerados estratégicos que tenham concedido fornecimentos diversos ou prestação de serviços após o ajuizamento do pedido de recuperação judicial, que serão considerados créditos extraconcursais no caso de falência da Recuperanda e privilegiados em relação aos demais, Créditos Quirografários e Créditos ME e EPP.

1.17. "Homologação do PRJMC": Decisão judicial de 1ª Instância que homologue o PRJMC nos termos do art., 45 ou 58, caput e § 1º, da LRF, conforme o caso.

1.18. "Juízo da Recuperação": Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo.

1.19. "Recuperanda": Indústria e Comércio de Plásticos Majestic Ltda.

1.20. "Lista de Credores": A lista constante do edital juntado as fls. 1.187/1.194 e publicado no DJE do dia 03/05/2016 às páginas 1.209/1.212.



1.21. "LRFE": Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

1.22. "PRJMC": É este plano de recuperação judicial modificado e consolidado da Recuperanda, na forma como é apresentado e, conforme o caso, na forma em que passe pela Homologação Judicial.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento foi elaborado nos termos do artigo 53 da Lei 11.101/05 Lei de Falências e Recuperação de Empresas – LFRE, sob a forma de um Plano de Recuperação Judicial Aditado para a empresa, **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS MAJESTIC LTDA.**

Para elaboração deste Plano, consideram-se os princípios estabelecidos no artigo 47 da Lei 11.101/05.

“A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação de crise econômico-financeira da empresa a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.

Para o devido suporte na elaboração do Plano de Recuperação Judicial Aditado, a empresa **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS MAJESTIC LTDA.**, doravante denominada simplesmente “Majestic”, contratou profissionais especializados em reestruturação e recuperação de empresas.

O presente Plano de Recuperação Judicial tem por objetivo elucidar as ações necessárias para a reestruturação da Recuperanda, abrangendo medidas no âmbito jurídico, financeiro, administrativo e operacional, incluindo medidas que deverão ser adotadas para a recuperação da competitividade e capacidade econômica, desenvolvendo

seus negócios de forma organizada e eficiente, possibilitando assim o cumprimento da proposta de quitação de seu passivo.

Apoiado nas informações prestadas pela empresa e pelos documentos entregues em juízo, conforme art. 51 da Lei 11.101/05, a demonstração da viabilidade econômica, de que trata o art. 53 da referida Lei é observada na compatibilidade entre a geração de caixa e o fluxo de pagamentos.

Considerando que a proposta para pagamento da dívida apresentada neste PRJMC está embasada nas informações financeiras, projeções de resultados da empresa e nas perspectivas de mercado e que tem por objetivo elucidar soluções viáveis para que a Recuperanda supere sua crise econômico-financeira e reestruture seu negócio, almeja-se sua aprovação em Assembleia Geral de Credores, pelos fornecedores e credores habilitados na Recuperação e consequente homologação por parte do D. Juiz.

Os trabalhos foram baseados na situação atual da empresa em dados e informações fornecidas pela administração, incluindo estimativas que refletem suas melhores perspectivas sobre o desempenho do negócio. A coerência dessas informações com os documentos que lhes deram origem fora considerada fidedigna, não implicando ao trabalho da consultoria contratada, a responsabilidade da revisão, validação, perícia ou auditoria destas informações.

Nesse sentido, as implementações das medidas relatadas no “PRJMC”, bem como os resultados obtidos e informações financeiras são de exclusiva responsabilidade do Corpo Diretivo da Recuperanda e seus administradores.

3. APRESENTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado, ou “PRJMC” da empresa “Majestic” é proposto conforme a Lei 11.101/05.

No dia 08 de janeiro de 2.016, foi distribuída à 4ª Vara Cível – Foro de Guarulhos, Estado de São Paulo a ação inicial requerendo a Recuperação Judicial da “Majestic”. Em 17 de março de 2.016, foi deferido seu processamento pela D. Juíza Dra. Beatriz de Souza Cabezas, sendo nomeado para o cargo de Administradora Judicial a empresa Laspro Consultores Ltda., e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – DJE – no dia 30 de março de 2.016, diário nº 2084 fl.2670.

O Plano inicial foi apresentado as fls. 1364/1513, houve assembleias realizadas constantes as fls. 2083/2124, em 2ª convocação as fls. 2158/2197, aditamento ao plano as fls. 2198/2206 e 2266/2320, assembleias as fls. 2336/2376, 2414/2451 e finalmente em 05/06/2017, as fls. 2474/2519, restando rejeitada pelos credores financeiros. Houve manifestação da Administradora Judicial as fls. 2544/2547, do Ministério Público as **fls. 2548/2551** e decisão da M. Juíza as **fls. 2557**, acolhendo as

manifestações da Administradora Judicial, MP e da Recuperanda, deliberando pela concessão do prazo de 30 dias para apresentação de um novo aditivo e consequente convocação de nova AGC para deliberação do mesmo.

Houve a apresentação de Plano de Recuperação Aditado em 15/08/2017 as **fls. 2566/2595**, convocada AGC em 2ª convocação em 06/10/2017, restando aprovado e **homologado** em 30/11/2017 às fls. **3438/3439**.

Todavia, em virtude da não apresentação de licitantes para aquisição dos bens destinados a venda, e consequentemente dar cumprimento do Plano, a recuperanda, apresenta nesta oportunidade o Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado.

Neste Plano de Recuperação Judicial “PRJMC” serão demonstrados, o fluxo de caixa projetado e suas premissas de projeção, bem como a descrição das medidas adotadas para desenvolvimento de seus negócios de forma organizada e eficiente, possibilitando assim o cumprimento da proposta de quitação de seu passivo de forma sustentável, honrando em prazo adequado todos os compromissos assumidos diante de seus credores.

Coerente com o planejamento econômico-financeiro da operação será apresentada uma proposta definitiva de plano de pagamento dos valores devidos aos credores habilitados neste processo de Recuperação Judicial.

4. A EMPRESA

4.1 HISTÓRICO DA MAJESTIC E FATOS NOVOS

A empresa Requerente, ora simplesmente denominada "MAJESTIC" iniciou suas atividades em 12 de dezembro de 1968, há 51 (cinquenta e um) anos, fundada pelos sócios, os empresários AURÉLIO DE PAULA e CLÁUDIO GASPAR DOS REIS, com capital 100% (cem por cento) nacional.

Sendo que em julho de 2017, o sócio Aurélio de Paula, por motivos estritamente de ordem pessoal, decidiu transferir sua participação societária ao sócio remanescente Sr. Cláudio Gaspar dos Reis, que em 02/01/2018, foi admitida a Sra. Heloísa Pereira de Paula dos Reis ao quadro societário da Indústria e Comércio de Plásticos Majestic Ltda, alteração contratual, devidamente arquivada na M. Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 000.543/18-4, com participação societária de R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), representando 1% (um) por cento do capital social da sociedade.

A empresa continuará focada nos mercados de produtos plásticos, fabricando, Tubos de PEAD, que atenderá os setores da construção civil, mineração, indústria, irrigação, aterro sanitário, telecomunicações e peças especiais; - Mangueiras de Polietileno que atenderá os setores de irrigação, condução de água e elétrica; - Tubos técnicos de PVC que atenderá os setores industriais de embalagem; e, Revenda de produtos e afins, que completam as linhas de PVC e PEAD.

Importante destacar que a Recuperanda, é referência neste segmento comprovando a sua capacidade em prover soluções integradas de vários portes e complexidades, inovando e desenvolvendo soluções em análises de projetos de engenharia.

5. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E OS LAUDOS PREVISTOS NOS INCISOS DO ART. 53 DA LEI 11.101/05 ("LFRE")

Resumidamente, este PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL MODIFICADO E CONSOLIDADO propõe novas alternativas, prazos e condições especiais para o pagamento das obrigações sujeitas aos efeitos da Recuperação Judicial da **Recuperanda**, nos moldes previstos no artigo 50 da Lei 11.101/05, com foco na viabilidade econômica da proposta e no sucesso da recuperação e reestruturação da Empresa, ou seja, apresenta alternativas que se coadunam com a necessidade do pagamento aos credores e a geração de recursos da empresa, sem comprometer sua capacidade de seguir operando.

— **Considerando** o desempenho da Recuperanda no período imediatamente posterior ao requerimento de sua recuperação judicial e ao longo dos anos de 2017, 2018 e 2019.

— **Considerando** a situação do mercado no qual está inserida, que demanda capital de giro elevado, bem como a redução dramática da demanda pelos produtos produzidos e, ainda, a situação de crise financeira e política instalada no país há quase três anos.

– **Considerando** a necessidade de obter capital de giro e – ao mesmo tempo – prover um plano de pagamentos que melhor atenda aos interesses dos credores em geral sem, com isso, criar novos passivos pós recuperação.

– **Considerando**, por fim, os créditos sujeitos aos efeitos da recuperação, bem como a necessidade de manter a Recuperanda trabalhando durante o prazo de cumprimento do plano de recuperação e, mais ainda, a sequência das suas atividades posteriormente ao cumprimento do plano para o pagamento dos seus passivos fiscais.

– **Considerando** a necessidade de pagar o passivo extraconcursal, sem prejudicar o fluxo de pagamento dos credores concursais, e, mais que isso, não tomar crédito a custo impeditivo.

– **Considerando** algumas observações e sugestões apresentadas formal ou verbalmente pelos credores. Serve o presente Modificativo e Consolidado para reafirmar e revisar o documento anteriormente apresentado, com factível proposta de pagamento aos credores, vigorando as disposições a seguir.

6. A REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL

É de conhecimento geral que o processo jurídico da Recuperação Judicial, por si só, não recupera atividade operacional da empresa. Tendo clara esta visão, anteriormente e pós o ingresso do pedido de Recuperação Judicial a Empresa já engendrava esforços no sentido de reestruturar suas atividades operacionais, e permanece focada nessa linha a

que atinja o equilíbrio necessário para que suas atividades obtenham a geração de caixa fundamental à sua recuperação operacional e ao pagamento dos seus credores.

Com a aprovação do plano de recuperação, a empresa, enfrentou inúmeras dificuldades na condução dos negócios, destacamos:

- ✓ Capital de giro;
- ✓ Retração do mercado no segmento de atuação;
- ✓ Compra de insumos e materiais de uso e consumo, por meio de antecipação de pagamento ou à vista;
- ✓ Descrédito de clientes e fornecedores; e
- ✓ Perda de representantes comerciais.

Porém, no curso dos meses, através de trabalho árduo, destacamos algumas conquistas:

- ✓ Recuperação dos representantes comerciais;
- ✓ Confiança de nossos fornecedores, restabelecendo os prazos para pagamento e alguns casos até na modalidade de consignação;
- ✓ Retorno de vários clientes; e
- ✓ Fechamento de contrato de fornecimentos junto a multinacional alemã;
- ✓ Projeto de grande porte, em curso com a Companhia Usiminas de Mineração;
- ✓ 02 (dois) projetos em via de assinatura de contrato com a CCR (Companhia de Concessões Rodoviárias), sendo um recebimento de uma receita de R\$ 7.300.000,00 (sete milhões e trezentos mil reais), para conclusão em 12 (doze) meses, a partir de 2.020;
- ✓ 01 (um) projeto de aterro sanitário com a Companhia Ciclus Ambiental – RJ, no valor de R\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil), para conclusão em 06 (meses), a partir de 2.020.

Segmento de PVC – manutenção das operações:

O perfil de clientes deste segmento propicia operação de desconto de título. A manutenção deste segmento se faz necessária face ao capital de giro diário para suprir nossos compromissos financeiros.

Perspectivas para 2.020 em diante:

- ✓ As projeções de investimentos na área de saneamento são boas para o ano. O segmento de saneamento trará crescimento para o setor de PVC, e, particularmente, para o setor mais lucrativo da empresa, o setor de PEAD.
- ✓ Desenvolvimento de 02 (dois) novos produtos com a Companhia Telefônica S/A.;
- ✓ Criação do setor de peças de engenharia, onde seus produtos, resultando maior valor agregado. Levando soluções para as empresas de máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, inclusive, já em curso de negócios com a compra de equipamento novo, adquirido em 2.019, e produzindo em fase de aperfeiçoamento, entre outras.
 - a) Rentabilidade projetada entre 30 a 35 %.
 - b) Este setor, não foi abrangido no quadro de resultados da empresa.
- ✓ Recuperação dos setores abaixo com a capacidade instalada (pessoal e maquinários)
 - PVC estimativa de crescimento de 15%
 - PEBD estimativa de crescimento de 15%
 - PEAD estimativa de crescimento de 30%
- ✓ Setor de Forro: A empresa, já atuou neste segmento com venda de 200 toneladas/mês. Estuda a viabilidade do retorno da produção de forro em torno de 40 toneladas/mês, propiciando, faturamento de R\$



400 mil/mês. Com investimento baixo de pessoal, e, aproveitamento da estrutura já existente.

Capacidade instalada atual:

✓ A capacidade instalada da empresa por setor:

- PVC 1.000 toneladas/mês
- PEAD 300 toneladas/mês
- PEBD 250 toneladas/mês

Quadro de funcionários:

- ✓ Novembro/19 173
- ✓ Novembro/18 158

7. ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO

Conforme dispõe o art. 49 da LFRE, a estrutura do endividamento condiciona ao Plano de Recuperação Judicial as pessoas naturais e jurídicas, que compõem a lista de credores apresentada pela "MAJESTIC". São consideradas todas as dívidas e obrigações existentes, vencidas e/ou vincendas, até o momento do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, inclusive as decorrentes de obrigações de dar e fazer (que poderão ser convertidas em obrigações pecuniárias pela "MAJESTIC") e de ações civis públicas ou coletivas, relativas a fatos ocorridos até o momento da distribuição do pedido.

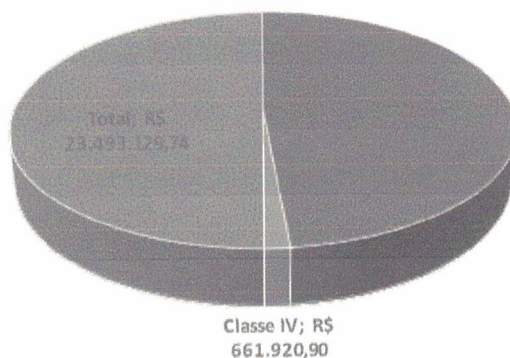
7.1. CREDORES CONCURSAIS

A "MAJESTIC" possui, neste momento, 203 credores concursais divididos em quatro classes, cujos créditos totalizam o valor de

R\$ 23.493.129,74 (vinte e três milhões, quatrocentos e noventa e três mil, cento e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos).

Para aplicações contidas neste plano, será considerada a relação de credores apresentada pela Recuperanda através de edital (1ª lista de credores), nos termos descritos no parágrafo 52, I, II e III da LFRE, ajustadas para o presente PRJMC. As projeções de pagamentos ora elaboradas têm como base os valores relacionados pela Recuperanda, constantes da 1ª lista e seus ajustes efetuados pela Administradora Judicial.

Havendo crédito não relacionado pela “MAJESTIC” ou pelo Administrador Judicial, em razão desses eventuais créditos não estarem revestidos de liquidez e certeza, em discussão judicial ou não, uma vez revestindo-se de tais atributos, sujeitar-se-ão aos efeitos do PRJMC em todos os aspectos e premissas.



7.1.1. Classe I – Credores Trabalhistas

Os titulares de créditos trabalhistas estavam representados por 267 (duzentos e sessenta e sete) credores, cujo montante somava R\$ 1.424.983,59 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos), foram totalmente liquidados no primeiro ano de cumprimento do PRJ homologado em 30/11/2017.

7.1.2. Classe II – Credores com Garantia Real

Havia 02 (dois) credores com garantia real, cujo montante do crédito é de R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), foram excluídos, conforme A.G.C., realizada em 06/10/2017.

7.1.3. Classe III – Credores Quirografários

Os titulares de créditos quirografários estão representados por 126 (cento e vinte e seis) credores, que somam a dívida no montante de R\$ 22.831.208,84 (vinte e dois milhões, oitocentos e trinta e um mil, duzentos e oito reais e oitenta e quatro centavos).

7.1.4. Classe IV – Credores Quirografários ME'S E EPP'S (LC 147/2014)

Os titulares de créditos quirografários classe IV ME'S e EPP'S (LC 147/2014) estão representados por 77 (setenta e sete) credores, que

somam a dívida no montante de R\$ 664.683,62 (seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos).

8. MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Para que seja possível a sua recuperação é necessária a alienação de ativos, para isso imóveis serão alienados, e os recursos provenientes das alienações dos bens imóveis serão direcionados para a liquidação parcial do passivo contido da Recuperação Judicial, tendo a seguinte distribuição:

50% (cinquenta por cento) destinado a antecipação das parcelas semestrais proposta para pagamentos dos credores constantes na lista de credores alocada no processo de Recuperação Judicial, e;

50% (cinquenta por cento) destinado ao pagamento dos credores extraconcursais e reforço para o capital de giro da Recuperanda.

Considerando a necessidade de apresentar aos credores detalhes sobre as novas condições, apresentamos a presente proposta de modificação do Plano de Recuperação:

8.1. ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA PAGAMENTO DOS CREDITORES

A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS MAJESTIC LTDA., firma sua proposta de alienar imóveis de sua propriedade, objeto das matrículas nºs. 25.256 e 30.833, do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca Guarulhos, Estado de São Paulo, no valor de mercado de R\$ 24.045.000,00 (vinte e quatro milhões e quarenta e cinco mil reais), conforme laudo de avaliação elaborado por Consbrás Patrimônio e Avaliações Ltda,

- um terreno, matrícula nº. 25.256, consistente no lote 4, da quadra 17, da Zona Industrial de Cumbica, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, perímetro urbano, medindo 60,00ms de frente, em reta, para a Rua 10; 84,00 ms de frente aos fundos de ambos os lados, limitando a direita de quem da rua olha para o terreno, com o lote 3 a esquerda, com o lote 5; 60,00 ms de largura nos fundos, confrontando com a faixa de terra que era parte integrante do antigo desvio ferroviário nº6, todos da mesma quadra, encerrando a área de 5.040,00 ms., no valor de R\$ 9.900.000,00, valor avaliado conforme laudo juntado às fls. 1364/1513;
- um terreno, matrícula nº. 30.833, consistente no lote 2 e parte do lote 12, da quadra 17, da Zona Industrial de Cumbica, Cidade Industrial Satélite, perímetro urbano, medindo 115,80ms de frente para a Rua Majestic; 23,50 ms em curva com frente para a Rua Majestic; 92,00 ms a esquerda de quem da Rua olha o terreno, onde confronta com o lote 3 e parte 12 e 96,70 ms a direita de quem da Rua Majestic olha para o terreno, onde confronta com o lote 1 e parte do lote 12, de forma triangular, fechando em zero nos fundos, encerrando a área de 5.060 ms., no valor de R\$ 14.145.000,00, valor avaliado conforme laudo juntado às fls. 1364/1513.

Perfazendo um total de R\$ 24.045.000,00 (vinte e quatro milhões, e quarenta e cinco mil reais), sendo certo que as referidas avaliações deverão ser atualizadas, podendo gerar um valor bem superior ao estimado, desde que sejam alienados no transcorrer do processo, procurando épocas mais favoráveis ao mercado imobiliário.

As alienações dos Imóveis realizar-se-ão sob a modalidade direta, com o objetivo de vender os ativos pelo melhor valor que o mercado convencional puder oferecer, e contará como monitoramento e fiscalização do Administrador Judicial.

8.1.2. Valor mínimo de alienação. A alienação poderá ocorrer mediante qualquer outro meio previsto na Lei n. 11.101/2005, desde que respeitado o valor mínimo de 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação constante do Laudo integrante desse Plano Modificado, cabendo a Recuperanda indicar, se for o caso, o tipo de leilão (presencial, on line ou misto), assim como indicar leiloeiro oficial experiente.

A venda do bem se dará via judicial em datas e horários a serem sugeridos pelas Recuperandas, com prévia ciência ao Administrador Judicial e MM. Juízo e regular publicação de editais com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

O edital descreverá os bens a serem vendidos, e apontará os valores de avaliação especificados neste plano.

Os bens serão vendidos “ad corpus” e no estado em que se encontram. Os ativos serão vendidos livre de quaisquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária e trabalhista, de acordo com o art. 141 incisos II da Lei 11.101/2005.

Relativamente aos bens imóveis, a Majestic permanece responsável em todas as esferas do direito, por eventuais passivos ambientais conhecidos ou não na data da alienação e desde que tais passivos não

sejam, comprovadamente, decorrentes de atos ou omissões praticadas pelos novos proprietários após a alienação.

O maior lance será o vencedor, independente da forma de pagamento (à vista ou a prazo). A carta de arrematação só será expedida com a comprovação do pagamento integral.

O edital de convocação para participação da alienação especificará as demais regras de habilitação e participação de interessados e de outros elementos necessários para validação e eficácia do referido ato.

9. PROPOSTA DE PAGAMENTOS AOS CREDITORES

9.1. PAGAMENTO DOS CREDITORES TRABALHISTAS – (Classe I).

Os titulares de créditos trabalhistas, *foram totalmente liquidados no primeiro ano de cumprimento do PRJ homologado em 30/11/2017.*

9.1.1. Ações em Curso

Eventuais Créditos Trabalhistas decorrentes de ações judiciais em curso ao longo do período em que a “MAJESTIC” permanecer sob o regime de recuperação judicial serão pagos, após o trânsito em julgado da respectiva sentença condenatória ou homologatória de acordo, sempre no prazo de até o décimo segundo mês após o seu efetivo reconhecimento pelo Juízo da Recuperação Judicial e o consequente trânsito em julgado da habilitação de crédito, sendo certo que quaisquer débitos trabalhistas, tais como as multas e as penalidades previstas nos artigos 467 e 477, § 6º e 8º

da Consolidação das Leis Trabalhistas, bem como as multas previstas pelo descumprimento de acordos trabalhistas, que venham eventualmente ser fixadas pela Justiça do Trabalho, em razão do não pagamento da "MAJESTIC", por impedimento legal decorrentes da própria recuperação judicial, serão desconsiderados e integralmente renunciados por tais Credores Trabalhistas.

9.2. PAGAMENTO DOS CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS (CLASSE III)

Os Credores Quirografários farão jus ao recebimento do valor nominal dos créditos novados, conforme o presente "PRJMC", excluídos quaisquer valores devidos a título de juros, multas e demais encargos e descontados eventuais valores por eles retidos após a distribuição do pleito de recuperação conforme as formas de pagamento determinadas a seguir:

- a) Os Credores Quirografários receberão 50% (cinquenta por cento) do valor nominal habilitado da seguinte forma:
- b) Prazo de pagamento: A amortização do principal e encargos se dará em 40 (quarenta) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no 91º dia, após a publicação da sentença homologatória do plano de recuperação judicial e as demais parcelas, trimestralmente;
- c) Encargos e correção monetária: correção monetária apurada mensalmente, com base TR (taxa referencial) do segundo mês anterior ao cálculo acrescida de juros de 2,00% a.a. (dois por cento ao ano).
- d) Pagamento de Encargos e correção: O pagamento dos juros e da correção monetária será realizado juntamente com o valor do principal.

Valor Declarado - R\$ 22.831.208,84		Valor Amortização	Pagamentos	
Data	Saldo Remanesc.		Juros	Parcelas
	R\$ 11.415.604,42			
1º Ano	R\$ 11.415.604,42	R\$ 1.141.560,44	R\$ 43.379,30	R\$ 1.184.939,74
2º Ano	R\$ 10.274.043,98	R\$ 1.141.560,44	R\$ 43.379,30	R\$ 1.184.939,74
3º Ano	R\$ 9.132.483,54	R\$ 1.141.560,44	R\$ 43.379,30	R\$ 1.184.939,74
4º Ano	R\$ 7.990.923,09	R\$ 1.141.560,44	R\$ 43.379,30	R\$ 1.184.939,74
5º Ano	R\$ 6.849.362,65	R\$ 1.141.560,44	R\$ 43.379,30	R\$ 1.184.939,74
6º Ano	R\$ 5.707.802,21	R\$ 1.141.560,44	R\$ 43.379,30	R\$ 1.184.939,74
7º Ano	R\$ 4.566.241,77	R\$ 1.141.560,44	R\$ 43.379,30	R\$ 1.184.939,74
8º Ano	R\$ 3.424.681,33	R\$ 1.141.560,44	R\$ 43.379,30	R\$ 1.184.939,74
9º Ano	R\$ 2.283.120,88	R\$ 1.141.560,44	R\$ 43.379,30	R\$ 1.184.939,74
10º Ano	R\$ 1.141.560,44	R\$ 1.141.560,44	R\$ 43.379,30	R\$ 1.184.939,74
		R\$ 11.415.604,42	R\$ 433.792,97	R\$ 11.849.397,39

9.3. PAGAMENTO DOS CREDORES QUIROGRAFÁRIOS ME E EPP (CLASSE IV)

Os Credores Quirografários ME e EPP, farão jus ao recebimento do valor nominal dos créditos novados, conforme o presente "PRJA", excluídos quaisquer valores devidos a título de juros, multas e demais encargos e descontados eventuais valores por eles retidos após a distribuição do pleito de recuperação conforme as formas de pagamento determinadas a seguir:

- a) Os Credores de Microempresa e EPP., receberão 50% (cinquenta por cento) do valor nominal habilitado da seguinte forma:

Prazo de pagamento: A amortização do principal e encargos se dará em 16 (dezesesseis) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no 91º dia, após a publicação da sentença homologatória do plano de recuperação judicial e as demais parcelas, trimestralmente;

- b) Encargos e correção monetária: correção monetária apurada mensalmente, com base TR (taxa referencial) do segundo mês

anterior ao cálculo acrescida de juros de 2,00% a.a. (dois por cento ao ano).

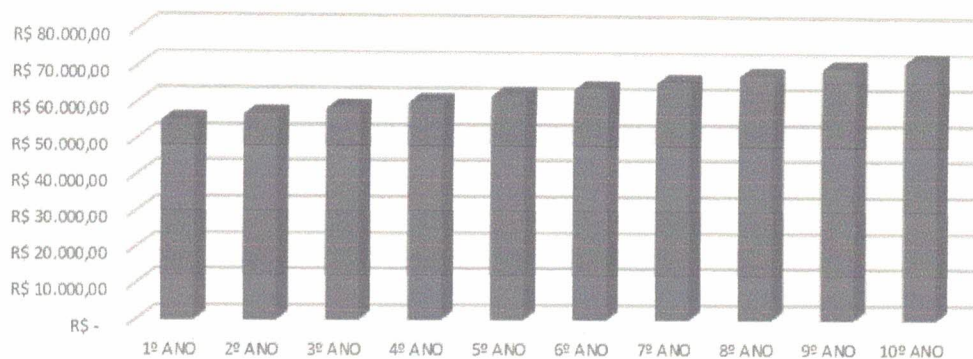
- c) Pagamento de Encargos e correção: O pagamento dos juros e da correção monetária será realizado juntamente com o valor do principal.

Valor Declarado - R\$ 661.920,90		Valor		Pagamentos	
Data	Saldo Remanesc.	Amortização		Juros	Parcelas
	R\$ 330.960,45				
1º ANO	R\$ 330.960,45	R\$ 82.740,11	R\$ 3.144,12	R\$ 85.884,24	
2º ANO	R\$ 248.220,34	R\$ 82.740,11	R\$ 3.144,12	R\$ 85.884,24	
3º ANO	R\$ 165.480,23	R\$ 82.740,11	R\$ 3.144,12	R\$ 85.884,24	
4º ANO	R\$ 82.740,11	R\$ 82.740,11	R\$ 3.144,12	R\$ 85.884,24	
		R\$ 330.960,45	R\$ 12.576,50	R\$ 343.536,95	

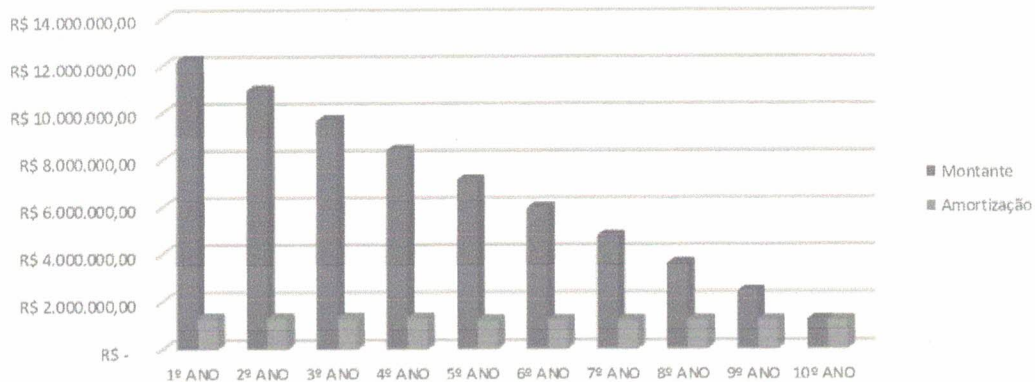
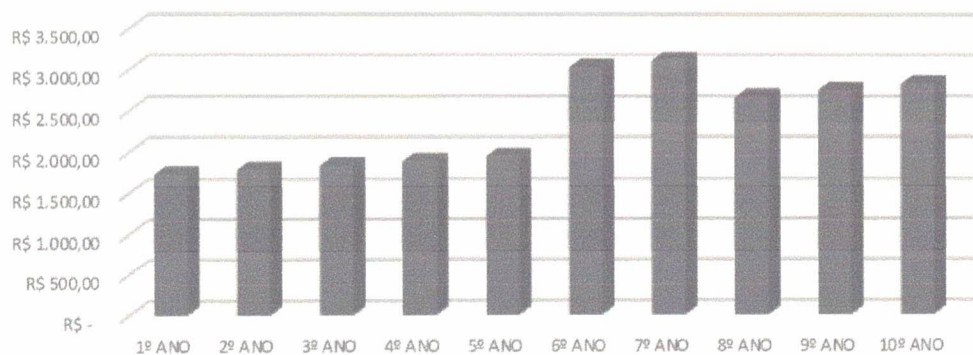
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÕES

PROJEÇÃO DE RESULTADOS OPERACIONAIS E FLUXO DE CAIXA DE 2020 Á 2029											
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS MAJESTIC LTDA.											
EXERCÍCIOS	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	10º ANO	ACUMULADO
Vendas de Prods.Industr. EM MR\$	54.942	56.591	58.288	60.037	61.838	63.693	65.604	67.572	69.599	71.687	629.853
Receita Operac.Bruta	54.942	56.591	58.288	60.037	61.838	63.693	65.604	67.572	69.599	71.687	629.853
(-) Deduções da Receita											
(-) Imp.Incid.s/Vendas -	-9.615	-9.903	-10.200	-10.506	-10.822	-11.146	-11.481	-11.825	-12.180	-12.545	-110.224
(=) Receita Líquida	45.327	46.687	48.088	49.531	51.016	52.547	54.123	55.747	57.419	59.142	519.629
(-) Custos Prods. Vend 46%	-26.372	-27.164	-27.978	-28.818	-29.682	-29.299	-30.178	-31.759	-32.712	-33.693	-297.655
(=) LUCRO BRUTO	18.955	19.524	20.109	20.713	21.334	23.248	23.945	23.988	24.708	25.449	221.974
Desp.Operacionais											
Despesas de Fabricação	-4.306	-4.435	-4.568	-4.705	-4.847	-4.992	-5.142	-5.296	-5.455	-5.618	-49.365
Despesas Gerais	-2.181	-2.247	-2.314	-2.383	-2.455	-2.529	-2.604	-2.683	-2.763	-2.846	-25.005
Despesas Comerciais	-1.648	-1.698	-1.749	-1.801	-1.855	-1.911	-1.968	-2.027	-2.088	-2.151	-18.896
Despesas Indiretas de Fabric.	-1.374	-1.415	-1.457	-1.501	-1.546	-1.592	-1.640	-1.689	-1.740	-1.792	-15.746
Despesas Administrativas	-3.736	-3.848	-3.964	-4.083	-4.205	-4.331	-4.461	-4.595	-4.733	-4.875	-42.830
Depreciações/Amortizaç.	-1.374	-1.415	-1.457	-1.501	-1.546	-1.592	-1.640	-1.689	-1.740	-1.792	-15.746
Despesas Financeiras	-1.374	-1.415	-1.457	-1.501	-1.546	-1.592	-1.640	-1.689	-1.740	-1.792	-15.746
Resultado Operacional	2.963	3.052	3.143	3.237	3.335	4.709	4.850	4.320	4.449	4.583	38.639
(-/+) Desp./Receitas não Operac.	-824	-849	-874	-901	-928	-955	-984	-1.014	-1.044	-1.075	-9.448
Resultado Antes IRPJ/	2.139	2.203	2.269	2.337	2.407	3.753	3.866	3.306	3.405	3.507	29.192
(-) Prov. p/IRPJ/CSSL	-420	-433	-446	-459	-473	-737	-760	-650	-669	-689	-5.736
Resultado Líquido Apurado	1.718	1.770	1.823	1.878	1.934	3.016	3.106	2.656	2.736	2.818	23.455
SALDO INICIAL/TRANSPORTE	100	47	33	59	126	222	1.333	2.469	3.089	3.670	
(-) INVESTIMENTOS	-250	-263	-276	-289	-304	-319	-335	-352	-369	-388	-3.144
(-)PGTºS TRIBUTOS PARCELADOS	-250	-250	-250	-250	-350	-400	-450	-500	-600	-1.000	-4.300
(-)PAGTºS RJ -CLASSE III + ENCARGOS	-1.185	-1.185	-1.185	-1.185	-1.185	-1.185	-1.185	-1.185	-1.185	-1.185	-11.850
(-)PAGTºS RJ -CLASSE IV+ ENCARGOS	-86	-86	-86	-86	-86	-86	-86	-86	-86	-86	-944
(=) SALDO FINAL DE CAIXA	47	33	59	126	222	1.333	2.469	3.089	3.670	3.916	3.817

Receitas



Resultado



10.DISPOSIÇÕES FINAIS

A continuidade das atividades da empresa é imprescindível para a assunção de parcelamentos fiscais destinados a liquidação dos passivos fiscais da MAJESTIC, bem como porque a Recuperanda entende que suas atividades – ajustadas à realidade do mercado e ao momento econômico do país e desde que não dependam de capital de terceiros, são viáveis, vide artigo 47 da lei 11.101/05.

Inequívoco que, havendo previsão no plano de recuperação judicial ora Modificado e Consolidado, não há que se falar em qualquer tipo de sucessão nas obrigações do alienante, sendo soberana a decisão assemblear e sendo perfeitamente admissível a venda de ativos retro descritos, desde que nos moldes aprovados pela AGC.

Esclarecem, por oportuno, que após a venda dos ativos principais e pagamento dos credores, a Recuperanda pretende consolidar suas atividades remanescentes sempre com foco na redução de despesas e reestruturação de suas atividades.

A Recuperanda entende, com isso, estarem cumprindo todos os pressupostos da Lei 11.101/05, com foco na manutenção da empresa viável, pagamento dos credores sujeitos aos efeitos da recuperação e dos extraconcursais, bem como com plano estratégico para busca do melhor parcelamento fiscal vigente, fazendo jus a aprovação assemblear do plano ora modificado e consolidado.



11. DA EVENTUAL FALÊNCIA

“No direito brasileiro, abstraída a hipótese de desistência, não há terceira alternativa: quem requer o benefício da recuperação judicial ou o obtém ou terá sua falência decretada” (In Comentários à nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas – Fabio Ulhoa Coelho – 4ª Edição, pág. 73)

A Lei de Recuperações é rigorosa quanto à aprovação e ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. Assim sendo, a decisão pela concessão da recuperação judicial da empresa está nas mãos da assembleia de credores.

Caso ocorra a decretação da falência da empresa teremos a seguinte ordem de liquidação dos créditos, além do pagamento dos credores extraconcursais:

Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece a seguinte ordem:

- I. Os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidente de trabalho;
- II. Créditos com garantia real até o limite do bem garantido;
- III. Créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias;
- IV. Créditos com privilégio especial;
- V. Créditos com privilégio geral;
- VI. Créditos quirografários;

- VII. As multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas trabalhistas;
- VIII. Créditos subordinados.

Conforme se observa, a hipótese de falência traria enorme prejuízo à classe de quirografários, pois primeiro são liquidados os saldos trabalhistas, saldos com garantia real, tributos e extraconcursais e, o restante será rateado aos demais credores.

A seguir, quadro descritivo da liquidação dos créditos em caso de eventual falência:

QUADRO DESCRITIVO DA LIQUIDAÇÃO DOS CRÉDITOS EM CASO DE FALÊNCIA

TOTAL DE ATIVOS (valor contábil)	R\$	42.807.478,61
(+) PLUS VALIA S/IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS	R\$	13.000.000,00
VALOR DA PROVÁVEL REALIZAÇÃO DOS ATIVOS	R\$	55.807.478,61
PASSIVOS		
OBRIGAÇÃO SOCIAL / TRABALHISTAS	-R\$	15.623.262,32
FINANCTPS E FORNECEDORES	-R\$	11.299.864,40
CREDORES EXTRACONCURSAIS - FINAME	-R\$	2.517.681,62
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	-R\$	18.920.414,83
IRPJ E CSLL - DIFERIDO	-R\$	10.298.828,37
TOTAL OBRIG TRABLS. EXTRACONCURSAL E TRIBUTOS	-R\$	58.660.051,54
(=) SALDO APÓS OBRIG TRABLS EXTRAC E TRIBUTOS	-R\$	2.852.572,93
SALDO APÓS		
CREDORES CLASSE III E CLASSE IV	-R\$	23.493.129,74
SALDO FINAL APÓS TODAS AS LIQUIDAÇÕES	-R\$	26.345.702,67

Diante do quadro exposto a **Majestic** entende que a falência não é uma alternativa vantajosa em relação a proposta constante do presente modificativo que trata todos os credores de maneira igualitária e que demonstra com clareza e consistência que a continuidade das operações possibilitará a liquidação de todas as dívidas conforme fluxo de pagamento descrito no presente aditamento ao Plano de Recuperação Judicial.

12. DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PAGAMENTOS AOS CREDORES

12.1. Forma de Pagamento.

Os valores devidos aos Credores, nos termos deste PRJA, serão pagos mediante transferência direta de recursos, por meio de documento de ordem de crédito (DOC) ou de transferência eletrônica disponível (TED), em conta de titularidade de cada um dos Credores, a ser informada individualmente mediante apresentação de petição neste sentido nos autos da recuperação judicial ou diretamente a Recuperanda através do e-mail recuperaçaojudicial@majestic.com.br em até 30 (trinta) dias anteriores à data de pagamento prevista no PRJ, com os seguintes dados:

- 1 – Nome/Razão Social Completa, CPF/CNPJ e telefone:
- 2 – Contato do responsável pela empresa conforme seu contrato/estatuto social; e
- 3- Instituição bancária, agência e conta corrente para o depósito.

Os documentos da efetiva transferência de recursos servirão como comprovante de quitação dos respectivos valores efetivamente pagos pela Recuperanda, outorgando, portanto, os Credores, a mais ampla, rasa e irrevogável quitação em relação aos valores então pagos.

13.COMPENSAÇÃO

A Recuperanda poderá pagar quaisquer Créditos ou Credores, conforme aplicável, por meio da compensação de (i) créditos de qualquer natureza que tenha contra os Credores com (ii) Créditos devidos pelos Credores, conforme aplicável, na forma como modificados por este PRJA. Neste caso, a compensação extinguirá ambas as obrigações até o limite do valor efetivamente compensado. A não realização da compensação ora prevista não acarretará a renúncia ou a liberação pela Recuperanda de quaisquer créditos que possa ter contra tais credores.

14.QUITAÇÃO

Os pagamentos e distribuições realizadas na forma estabelecida neste PRJMC acarretarão a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os Créditos novados de acordo com o PRJMC, inclusive aqueles detidos pelos Credores Aderentes, de qualquer tipo e natureza, contra a Recuperanda, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações, quando aplicáveis. Com a ocorrência da quitação, os Credores serão considerados como tendo quitado, liberado e/ou renunciado todos e quaisquer Créditos, e não mais poderão reclama-los contra a Recuperanda, suas controladoras, controladas, subsidiárias, afiliadas e

coligadas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo societário e econômico.

15. PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

A Recuperanda buscará, após a Homologação do PRJMC, a concessão, seja por via judicial ou administrativa, de parcelamento das dívidas tributárias da Recuperanda. A projeção dos pagamentos dos créditos fiscais relacionada no fluxo de resultados e amortização está sujeita a eventual alteração para adequação as normas de parcelamento.

16. VINCULAÇÃO DO PRJMC.

As disposições do PRJMC vinculam a Recuperanda e seus Credores, os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da Homologação do PRJMC.

17. CONFLITO COM DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Na hipótese de haver conflito entre as disposições deste PRJA e aquelas previstas nos contratos celebrados com quaisquer Credores, em relação a quaisquer obrigações da Recuperanda, seja de dar, de fazer ou de não fazer, as disposições contidas neste PRJA deverão prevalecer.

18. FORMALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Recuperanda deverá realizar todos os atos e firmar todos os contratos e outros documentos que, na forma e na substância, sejam necessários ou adequados para cumprir os termos deste PRJMC.

19.DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Encerramento da Recuperação Judicial.

O processo de recuperação judicial será encerrado a qualquer tempo após a Homologação do PRJMC, a requerimento da Recuperanda, desde que (i) esse encerramento seja aprovado pela maioria dos Créditos presentes na AGC, na forma prevista pelo art. 42 da LRF; ou (ii) todas as obrigações do PRJMC que se vencerem até 2 (dois) anos após a Homologação do PRJMC tenham sido cumpridas.

19.2. Descumprimento do Plano

O Plano poderá ser considerado descumprido na hipótese de mora na realização de qualquer obrigação prevista neste Plano.

O Plano não será considerado descumprido a menos que o credor tenha notificado por escrito a Majestic, especificando o evento de descumprimento e requerendo à Majestic a purgação da mora no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação. Neste caso, o plano não será considerado descumprido e a recuperação judicial não será convolada em falência; (i) se a mora for purgada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação; (ii) ou uma assembleia de credores for convocada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação, e uma emenda, alteração ou

modificação do plano que saneie ou supra tal descumprimento seja aprovada pela maioria dos créditos presentes.

Na hipótese de descumprimento do plano, o credor poderá declarar o saldo total de seu crédito vencido e exigível antecipadamente e (i) renegociar com a Majestic os termos do pagamento do crédito, desde que tais termos não sejam mais favoráveis do que os previstos no plano para sua respectiva classe; (ii) usar o plano como título executivo para cobrar o seu crédito contra a Majestic; (iii) ou informar o Juízo da recuperação da ocorrência do evento de descumprimento do Plano.

19.3. Comunicações

Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações à “MAJESTIC”, requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando; (I) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por courier, e efetivamente entregues ou (II) enviadas por e-mail ou outros meios, quando efetivamente entregues e confirmadas por telefone. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma ou de outra forma que for informada pela “MAJESTIC”, nos autos do processo de recuperação judicial ou diretamente ao Administrador Judicial:

➤ Empresa Ind. Com. Plásticos Majestic Ltda.: Endereço: Rua Majestic, nº 77 – Cumbica- Guarulhos/SP, CEP 07221-060 - A/C – Departamento Jurídico.

➤ Administrador Judicial (ou seu substituto): Laspro Consultores Ltda., Rua Major Quedinho, nº 111 - 18º andar – Consolação – São Paulo – CEP 01050-030 - Telefone 011- 3211-3010.

19.4. Cessão de Créditos

Os Credores poderão ceder seus Créditos a outros Credores ou a terceiros, e a cessão produzirá efeitos desde que (i) a Recuperanda e o Juízo da Recuperação sejam informados e (ii) os cessionários recebam e confirmem o recebimento de uma cópia deste PRJA, reconhecendo que o crédito cedido estará sujeito às suas disposições mediante a Homologação do PRJA.

19.5. Cessão das Obrigações

Com exceção das hipóteses expressamente previstas neste PRJMC, a Recuperanda não poderá ceder quaisquer obrigações oriundas deste PRJMC sem o prévio consentimento da maioria simples dos Créditos presentes em AGC convocada para tal fim.

20. LEI E FORO

20.1. Lei Aplicável

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste PRJA deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, ainda que haja Créditos originados sob a regência de leis de outra jurisdição e sem que quaisquer regras ou princípios de direito internacional privado sejam aplicadas.

20.2. Foro

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este PRJMC serão resolvidas; (i) pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de recuperação judicial; (ii) pelos juízos competentes no Brasil, conforme estabelecido nos contratos originais firmados entre a “MAJESTIC” e os respectivos credores, após o encerramento do processo de recuperação judicial.

21.CONCLUSÃO

Este Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado, quando aprovado em Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial, implica novação objetiva e real dos créditos anteriores ao pedido e obrigam a “MAJESTIC” e todos os Credores a ele sujeitos ou que tiverem aderido aos termos deste plano, nos termos do artigo 59 da Lei 11.101/05 (Lei de Recuperação de Empresas), do artigo 360 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 (Novo Código Civil) e artigo 515 da Lei 13.105 (Novo Código de Processo Civil). A sentença concessiva da Recuperação Judicial constitui título executivo judicial, novando e substituindo todas as obrigações sujeitas à Recuperação Judicial, de forma que, enquanto cumpridos os termos do presente Plano, fica suspensa a exigibilidade dos créditos novados com relação aos garantidores das obrigações primitivas celebradas pela “MAJESTIC”, somente sendo retomada a exigibilidade em caso de convalidação da recuperação judicial em falência, conforme dispõe o art. 61 § 2º da Lei 11.101/05.

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, ainda que os Créditos originais sejam regidos pelas leis de outra jurisdição e sem que quaisquer regras ou princípios de direito internacional privado sejam aplicados.

Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerada inválida, nula ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, o restante dos termos e disposições do Plano devem permanecer válidos e eficazes.

Também acredita que os credores terão maiores benefícios com a implementação deste Plano de Recuperação, uma vez que a proposta aqui detalhada não representa risco adicional.

O Plano Modificado e Consolidado é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos da Indústria e Comércio de Plásticos Majestic Ltda. Os Laudos de avaliação dos ativos foram subscritos por empresas especializadas, fazendo parte integrante deste Plano.

Guarulhos-SP, 26 de novembro de 2.019.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS MAJESTIC LTDA.

- Em Recuperação Judicial -

